

A CONSTITUIÇÃO DA AUTONOMIA E DA DEMOCRACIA EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Daniele Rorato Sagrillo

Universidade Federal de Santa Maria
danielesagrillo@yahoo.com.br

Oséias Santos de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria
oseiasol@yahoo.com.br

Clarice Zientarski

Universidade Federal de Santa Maria
claricezientarski@yahoo.com.br

Sueli Menezes Pereira

Universidade Federal de Santa Maria
sueli@ce.ufsm.br

Resumo: Este trabalho analisa a construção dos princípios de autonomia e de democracia no âmbito da gestão de escolas municipais localizadas na cidade de Santa Maria – RS e em Santa Rosa/RS. O estudo, de natureza qualitativa, se efetiva com base em pressupostos dialéticos, com ênfase na pesquisa participante e documental. As análises preliminares indicam que as práticas autônomas previstas pelas instituições envolvidas na pesquisa apresentam-se de forma ainda incipientes. Conclui-se que a cultura do centralismo e da apatia política que permeia as práticas escolares, tanto em seus aspectos administrativos quanto pedagógicos, impede a busca de alternativas que superem esta realidade.

Palavras-chave: autonomia; democracia; qualidade

INTRODUÇÃO

O trabalho constitui-se em um recorte de uma investigação em andamento que objetiva analisar a construção dos princípios de autonomia, democracia e da qualidade no âmbito da gestão de escolas municipais localizadas na cidade de Santa Maria – RS e em Santa Rosa/RS, estando vinculado ao Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GEPGE – UFSM/RS. De natureza qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986), o estudo se concretiza com base em pressupostos dialéticos, com ênfase na pesquisa participante e documental. Deste modo, o envolvimento dos sujeitos, a construção dos textos legais e as ações que se efetivam no contexto escolar são elementos imprescindíveis para que sejam trilhados caminhos em direção à uma proposta educacional democrática, participativa e autônoma.

O estudo se pauta pela legislação educacional mais ampla, como em especial o exposto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº

9.394/96, Plano Nacional de Educação/2001, Plano de Desenvolvimento da Educação/2007, bem como nos documentos produzidos no âmbito dos Sistemas Municipais de Ensino, como por exemplo, a Lei Orgânica Municipal, a Lei da Gestão Democrática do Ensino, o Plano Municipal de Educação, o Plano de Ações Articuladas, Regimentos Escolares e Projetos Político-Pedagógicos das instituições educativas envolvidas no estudo.

O intento da investigação volta-se para o diálogo com os sujeitos educativos no intuito de explicitar o desenvolvimento de uma proposta educacional autônoma e as implicações deste processo no sentido de promover a qualidade do ensino (PARO, 2007; 2002).

CONSIDERAÇÕES

Como um estudo em andamento, as análises preliminares indicam que as instituições envolvidas na pesquisa passam por um processo de construção de autonomia, quando sinalizam em seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares práticas autônomas e ações contra-hegemônicas. Entretanto, ainda percebe-se certo atrelamento das instituições no sentido de cumprimento de determinações que emanam de órgãos centrais do sistema de ensino em detrimento das construções próprias da escola. As práticas autônomas previstas apresentam-se de forma ainda incipientes denotando que a instituição encontra dificuldades em planejar ações voltadas para o desenvolvimento de um projeto autônomo, partindo de sua realidade. Evidencia-se que educadores e comunidade, por não se comprometerem política e criticamente com uma proposta de transformação, estão ainda em vistas de se apropriarem dos espaços que são possíveis para a construção autônoma e comprometida com o ensino de qualidade.

Conclui-se que uma sociedade capitalista de base neoliberal (BIANCHETTI, 1999), dependente, a educação como direito social ainda não é concebida com relevância pelas próprias instituições educativas, tendo em vista a cultura do centralismo e da apatia política que permeia as práticas escolares, tanto em seus aspectos administrativos quanto pedagógicos, o que impede a busca de alternativas que superem esta realidade. Isto se afirma considerando a formação inicial e continuada dos professores, ainda de forma fragmentada e acrítica, o que se reflete em um trabalho descontextualizado que desconsidera os reais espaços de reversão deste processo, ignorando a própria legislação que possibilita a ocupação dos espaços de autonomia e democracia com vistas à melhor qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Administração escolar; Introdução crítica**. 11 ed. São Paulo : Cortez, 2002.